

O PROJETO DE PESQUISA E EXTENSÃO AWÁ SURARA: QUILOMBOLAS E INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE, NAS COMUNIDADES, NA CIDADE E NA POLÍTICA

THE PROJECT OF RESEARCH AND EXTENSION AWÁ SURARA: QUILOMBOLAS AND INDIANS IN UNIVERSITY, COMMUNITIES, CITY AND POLITICS

Rodrigo Corrêa Peixoto 1
Adrian K.P Barbosa 2
Hellen R. M. Rocha 3

Resumo: O artigo apresenta um projeto de pesquisa e extensão o qual reúne estudantes indígenas e quilombolas que adentraram um programa de pós-graduação mediante processo seletivo especial. O conhecimento que esses sujeitos produzem é referenciado na vivência dos territórios, na perspectiva decolonial que adquirem na academia e na circunstância de estarem entre estes dois lugares. Muito do conhecimento que produzem provem de relatos autobiográficos, que revelam realidades do mundo de quem sofre opressões. Enfatizar esta epistemologia é um dos objetivos do artigo. O projeto será apresentado mediante alguns produtos: disciplinas que reúnem quilombolas e indígenas e trabalham os significados de conceitos como “Ubuntu” e “Bem Viver”; uma oficina de escrita acadêmica que parte da oralidade para alcançar a linguagem escrita; a cartografia social para a produção de conhecimentos para utilização na educação indígena e quilombola; publicações coletivas e dissertações de mestrado que retornam às comunidades e precisam ser compreendidas nelas.

Palavras-chave: Quilombolas e Indígenas na Universidade. Novas Epistemologias. Perspectiva Decolonial.

Abstract: This article presents a research and community extension project which brings together Indigenous and Quilombola (maroon) students who entered a university graduate program through an affirmative action process. The knowledge these students produce is derived from life in their territories, decolonial perspectives acquired at the university, and the experience of being between these two places. Much of this knowledge comes from autobiographical accounts which reveal the realities of those who suffer oppression. Emphasis of this epistemology is one of the objectives of this article which presents several cases: disciplines that bring together Quilombola and Indigenous students to discuss the meanings of concepts such as “Ubuntu” and “Bem Viver”; an academic writing workshop that begins with orality to construct texts; social cartography which produces knowledge for use in Indigenous and Quilombola education; and group publications along with master’s dissertations that are presented to communities and must be understood outside of the academy.

Keywords: Quilombolas and Indigenous People at University. New Epistemologies. Decolonial Perspective.

- 1 Professor Doutor no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFPA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9872938064820413>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3083-8771>. E-mail: rodrigopeixoto1810@gmail.com
- 2 Mulher negra e quilombola, remanescente das comunidades (limítrofes) São Roque do Ambé e São Pedro dos Bois. Doutoranda em Antropologia (PPGA) pela Universidade Federal da Bahia, Mestre em Sociologia e Antropologia (PPGSA – UFPA) e licenciada em História pela Universidade Federal do Amapá. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0327225724560430>. ORCID <https://orcid.org/0000-0003-3120-3962>. E-mail: adrianbarbosa267@gmail.com
- 3 Indígena da etnia Arapim, Doutoranda no Programa de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará – PPGSA – UFPA, mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar Indígena – PPGEI, pós-graduada em História e Geografia, e graduada também em Licenciatura Intercultural Indígena (na área de Ciências Sociais e Humanas graduada em Geografia,) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4086274398146543>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8090-7870>. E-mail: hellenreginamartinsrocha@gmail.com

Introdução: produzindo conhecimentos situados

“Agora é nós por nós”: esse é o lema de candidaturas coletivas quilombolas no Pará para as eleições estaduais e federais de 2022. Também os indígenas estão se lançando em candidaturas próprias para ocupar espaço na política. Independentemente de serem as candidaturas vitoriosas ou não, trata-se de avanço importante no sentido das ações afirmativas de quilombolas que querem conquistar autonomia na política, deixando de ser instrumento de interesses alheios à causa e ao movimento. O lema “Agora é nós por nós” remete a uma forma própria de organização e significa um movimento autônomo de ocupação de espaços no campo da política. Movimento esse que vem se somar à presença desses corpos negros e indígenas em cursos da universidade, na graduação, pós-graduação e projetos de pesquisa e extensão na Universidade Federal do Pará (UFPA), de onde produzem conhecimento em perspectiva própria, antirracista e descolonizadora. As candidaturas quilombolas e indígenas, assim como os processos seletivos especiais pelos quais quilombolas e indígenas adentram na universidade, na graduação e na pós-graduação, são igualmente experiências bem sucedidas de ação afirmativa, a gerar novas epistemologias.

“Eu sou porque nós somos” é um princípio do Ubuntu, filosofia e ética de origem africana que remete à força do coletivo, que enfrenta o racismo e o apagamento de valores e tradições presentes nos territórios quilombolas e nas periferias urbanas brasileiras, onde a cultura negra existe vigorosa, ainda que desprezada pelas elites brancas. O Bem Viver (Acosta, 2015; Quijano, 2013) dos povos originários do altiplano andino tem muitos pontos de contato com o Ubuntu (Dju; Muraro, 2022; Cavalcante, 2020). Ressignificar estas noções no contexto amazônico, desde ações práticas, é um objetivo do projeto de pesquisa e extensão sobre o qual estamos percorrendo aqui. O envolvimento de discentes e docentes em “ações práticas que geram movimentos teóricos”, frase dita por Catherine Walsh (2020), este projeto, daqui para frente referido simplesmente como AWÁ SURARA.

De Catherine Walsh aproveitamos também o conceito de interculturalidade crítica, construída a partir das vivências de quilombolas e indígenas transitando entre seus territórios e a universidade. Para Walsh (2009) a interculturalidade crítica é algo a ser conquistado mediante lutas, enfrentamentos e questionamentos das relações de poder impostas por diversas formas de colonialidades. A interculturalidade crítica, na ótica da autora, precisa ser construída por pessoas que sofrem opressões e subalternizações. (WALSH, 2009, p. 21-22).

O projeto Awá Surara originou-se do coletivo estudantil homônimo que se posiciona em atitude decolonial, e busca praticar epistemologias e vivências na universidade, nas comunidades e na cidade. O Coletivo AWÁ SURARA é uma organização discente que busca fomentar o acesso, a permanência e a formação decolonial de estudantes quilombolas e indígenas na pós-graduação e na graduação. O nome escolhido faz referência à palavra AWÁ, do Yorubá, língua viva africana, que significa “Nós”¹ na língua portuguesa. Já o segundo termo é a palavra Surara, da língua Nheengatu², que significa Guerreiro/Guerreira, usada como grito de resistência dos povos Borari e Arapiun, proferido em 2009, com as lideranças Dadá Borari e Poró Borari da Terra Indígena Maró, durante uma manifestação contra a exploração ilegal de madeira dentro do território. Importa destacar ainda que a história da Terra indígena Maró é uma narrativa importante no Baixo Tapajós, localizado na região de Santarém, estado do Pará. Uma das integrantes do Coletivo faz doutorado no programa, é indígena Arapiun e contribuiu com a palavra Surara, plena de significado, para o nome do Coletivo e do Projeto. A narrativa da luta pela Terra Indígena Maró mostra o êxito de uma ação coletiva em contexto de conflito; uma ação capaz de influenciar o ordenamento territorial na Gleba Nova Olinda I. (PEIXOTO; ARENZ; FIGUEIREDO, 2012, p. 300). A possibilidade de influenciar e transformar realidades inspira as pesquisas desses/as discentes.

Já o projeto reúne estudantes quilombolas e indígenas vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPA), na forma de um corpo político-acadêmico organizado no coletivo estudantil “AWÁ SURARA – quilombolas e indígenas na universidade”. A partir deste coletivo elaboramos o projeto de pesquisa e extensão, o qual integra professores da

1 BENISTE, José. Dicionário Yorubá-Português. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 820p.

2 Informação oral transmitida por Iara Elizabete Souza Ferreira – Coordenadora da Educação Escolar Indígena/ Semeed do município de Santarém- PA e Lucenildo Alves de Sousa da Terra Indígena MARÓ. (T.I. MARÓ)

UFPA e de outras universidades, representantes de movimentos sociais e associações de estudantes indígenas e quilombolas, além de outros estudantes interessados e engajados no tema. Seu objetivo central é a produção de conhecimentos realizados nas interfaces entre universidade, comunidade e esferas de ação política, com indígenas e quilombolas construindo união, dado que a luta de tais sujeitos tem muitas semelhanças. Indígenas e quilombolas querem igualmente não apenas chegar na universidade, mas também nela permanecer para com sabedoria lutar pela descolonização desse espaço e do mundo.

Assim, a ligação Awá (nós) Surara (guerreiro/a) aponta para uma forma de organização coletiva e um posicionamento político dentro e fora das comunidades. Do projeto e do coletivo que o desenvolve brotam disciplinas, oficinas, dissertações e publicações. Quilombolas e indígenas na academia, afirmando-se como sujeitos produtores de conhecimentos, que trazem e devolvem para seus territórios, essa realidade enseja interfaces entre universidade e comunidades, criando ambiente para fluências mútuas, esse é o eixo central do projeto. Nesse ambiente de reciprocidades entre universidade e comunidades, que envolve trocas entre docentes e discentes, o projeto objetiva produzir conhecimentos com o protagonismo de pós-graduandos/as que adentraram a academia mediante políticas afirmativas. O PPGSA/UFPA realizou no ano de 2022 o seu terceiro Processo Seletivo Especial (PSE) e atualmente o programa conta com quinze estudantes quilombolas e quatro estudantes indígenas.

O objetivo do projeto também consiste na produção de conhecimentos situados e pautados pelas experiências de vida e construções autobiográficas, informadas essas elaborações teoricamente pela perspectiva decolonial posto que biografias dos/as estudantes são forjadas também no contexto do racismo estrutural e outras formas de opressão a que esses/as estudantes estão submetidos/as, e tais opressões vêm à tona nas suas histórias de vida, que abarcam realidades locais, afetadas por empreendimentos capitalistas e, em algumas comunidades, pela presença dominante de igrejas e pastores pentecostais.

No coletivo e projeto, uma das dissertações em desenvolvimento, por uma quilombola que também é pentecostal, trata justamente da construção de um diálogo intercultural na comunidade, no sentido de valorizar e evitar o apagamento da cultura quilombola. Isso é o sentido atualizado que damos à metodologia de pesquisa-ação, conforme a referência original de Orlando Fals Borda (1978). Na ação que a referida pesquisa de mestrado propõe, algumas das indagações são: como podemos enfrentar a racialização da religião que a igreja impõe e assim afirmar nossa agência? Como reconhecer e valorizar coletivamente nossa ancestralidade que dá conteúdo à nossa cosmologia, nossa memória e nosso modo de vida nessa condição de hibridismo cultural - ser quilombola e ser evangélico/a - que envolve parte significativa da comunidade? Como vencer a “cosmofobia” (Santos, 2023) da igreja evangélica e conquistar alguma “confluência” (idem) por meio do diálogo?

A dissertação anteriormente citada desponta como um exemplo dos questionamentos que os/as quilombolas pesquisadores/as tem levantado, procurando revisar e buscar estratégias de enfrentamento aos efeitos da colonialidade através da educação e da pesquisa. Os conhecimentos produzidos pelas pesquisas de quilombolas e indígenas ensejam processos de reexistência, um novo olhar sobre si, suas comunidades, a política, a cidade e a própria universidade. Segundo a pesquisadora quilombola Gessiane Nazário (2020) as trajetórias pessoais de quilombolas estudantes dentro da academia podem funcionar como um processo de emancipação pessoal que reflete e contribui para a luta coletiva de suas comunidades, além de impulsionar a reafirmação de direitos e pertencimento. Portanto, esse estar entre ambientes (comunidade/universidade ou universidade/comunidade) leva quilombolas e indígenas a novos modos de “ser-no-mundo”. Este “estar entre” permite uma dialogicidade e abre possibilidades delas e deles superarem limites e subordinações nas relações com o mundo. O “estar-entre” enseja novas epistemologias e influencia a produção de conhecimento na universidade.

Indígenas e quilombolas que estão na universidade vivem a condição dos “entre-lugares”, e nesta condição elaboram “estratégias de subjetivação - singular e coletiva - que dão início a novos signos de identidade” (Bhabha, 1998, p. 20). “De que modo se formam sujeitos nos ‘entre-lugares’ [...] De que modo chegam a ser formuladas estratégias de representação ou aquisição de poder [empowerment] no interior das pretensões concorrentes de comunidades?” (Ibidem, p. 20).

Do projeto ensejado pelo coletivo “AWÁ SURARA” germinam disciplinas, oficinas,

dissertações e publicações. Os próximos tópicos irão apresentar brevemente alguns resultados do projeto, na forma de disciplinas, oficinas e cartografias para a produção de material didático para a educação quilombola.

Quilombolas nos territórios, na universidade e na política: dando significado à filosofia Ubuntu

Em 2022 desenvolvemos uma disciplina para trabalhar o significado do conceito de Ubuntu nos territórios, na universidade e na política, como um tipo de utopia lúcida que reúne realismo e práxis. Nela discutimos conceitos de quilombo e as várias acepções do que é ser quilombola, assim como vida biointerativa e contracolonização, de Antônio Bispo dos Santos (2015), além de racismo, colonialidade do poder e pós-desenvolvimento. Território, cartografia social e identidade estão sendo tratados tanto em sala de aula como em rodas de conversa em territórios. Enfatizamos o protagonismo da mulher quilombola na política, na saúde e na educação, e discutimos a universidade e o alargamento das políticas afirmativas, inclusive no que diz respeito a propostas curriculares nos cursos da Universidade Federal do Pará. Os currículos são ainda eurocêntricos, não consideram a visão de mundo e tampouco as necessidades de conhecimento teórico de indígenas e quilombolas que entraram na universidade mediante processos seletivos especiais. O que abre boas possibilidades é o fato de existir na UFPA uma disposição para incluir nos projetos curriculares dos cursos disciplinas que correspondam a estes anseios.

Além de discutir conceitos, a disciplina buscou aliar teoria e prática, sempre questionando “o que fazer” para transformar as realidades em cada um dos temas trabalhados, dando sentido à metodologia da pesquisa-ação. No percurso da disciplina organizamos rodas de conversa no território quilombola de África-Laranjituba, localizado no município de Moju,³ de modo a compartilhar saberes com a comunidade. Aos discentes foi solicitado um trabalho final, na forma de um artigo a ser elaborado em grupos, objetivando uma publicação coletiva com a preocupação de devolver conhecimento à comunidade.

A disciplina⁴ “Quilombolas nos territórios, na universidade e na política: dando significado à filosofia Ubuntu” reuniu uma portentosa turma de 28 estudantes e enfocou uma ressignificação do Ubuntu, posto que quando essa palavra viaja geográfica e temporalmente da África para a Amazônia ela precisa necessariamente ser retrabalhada para expressar os seus princípios de acordo com o diferente contexto que ela encontra aqui. O princípio central do Ubuntu é a valorização do coletivo, da humanidade que nos integra em relações fraternas com os outros. Reconhecida pela legenda “eu sou porque nós somos”, a qual é expressa com variações que mantêm o mesmo sentido de solidariedade, respeito, reciprocidade, generosidade, comunhão e sintonia, inclusive com a nossa própria alma. O Ubuntu tem muita sintonia com o modo de ser quilombola e dá significado ao ser quilombola na universidade, nas comunidades e na política. “Agora é nós por nós”, o lema das

³ Moju é um município do estado do Pará, pertencente à microrregião de Tomé-Açu. Banhado por rio com o mesmo nome, os moradores dos muitos territórios quilombolas localizados ao longo deste importante curso de água alcançam por via fluvial os trapiches de Belém para comercializar seus produtos, entre os quais o açaí e a farinha de mandioca. Isso, além da articulação entre o rural e o urbano, que caracteriza a Belém ribeirinha, significa uma presença quilombola na cidade.

⁴ A ementa da disciplina está assim colocada: “Agora é nós por nós”: esse é o lema de candidaturas coletivas quilombolas no Pará para as eleições estaduais e federais de 2022. Trata-se de avanço importante no sentido das ações afirmativas de quilombolas que querem conquistar autonomia na política, deixando de ser instrumento de interesses alheios à causa e ao movimento. O lema remete a uma forma de organização e significa um movimento autônomo de ocupação de espaços no campo da política. Movimento esse que vem se somar à presença desses corpos negros em cursos de pós-graduação da UFPA, de onde produzem conhecimento em perspectiva própria, antirracista e descolonizadora, outra experiência bem sucedida de ação afirmativa, a gerar novas epistemologias. “Eu sou porque nós somos” é um princípio do Ubuntu, filosofia e ética de origem africana que remete à força do coletivo, que enfrenta o racismo e o apagamento de valores e tradições presentes nos territórios quilombolas e nas periferias urbanas brasileiras, onde a cultura negra existe vigorosa, ainda que desprezada pelas elites brancas” (...). Entre as sugestões de bibliografia estão: SANTOS, Antônio Bispo dos. COLONIZAÇÃO, QUILOMBOS. Modos e significados; SEGATO, Rita Laura. Ejes argumentales de la perspectiva de la colonialidad del poder; GROSGUÉL, Ramón. O conceito de «racismo» Em Michel Foucault e Frantz Fanon: teorizar a partir da zona do ser ou a partir do não-ser.

chapas quilombolas coletivas para as eleições de 2022 no Pará, é uma ressignificação do “Eu sou porque nós somos”.

Cartografia social: produção de conhecimento e reconhecimento de saberes na interface entre universidade e território

Esta disciplina Optativa, com 60 horas, foi lecionada no primeiro semestre 2023 e buscou contribuir para uma ação cultural e política em territórios quilombolas mediante o automapeamento. Estabelecendo um diálogo entre conhecimentos teóricos e saberes comunitários, e entre a universidade e o movimento quilombola, a disciplina pôs em prática uma cartografia social voltada à soberania territorial e à afirmação de territorialidades. Visou uma construção epistemológica capaz de servir à escola quilombola e ao reconhecimento de valores relacionados ao modo de vida e à diversidade na comunidade. O território, seus contornos e adjacências, os conflitos sociais e ambientais, as necessidades de políticas públicas e os processos formais de reconhecimento e titulação foram objeto de consideração e registro. A disciplina se associou a atividade cartográfica em execução pela Malungu (Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará), com a intenção de reforçar a respectiva prática de formação de “sujeitos cartografantes”. Foi desenvolvida em sessões online e presenciais e em trabalhos de campo em três territórios quilombolas (Moju-Miri, África-Laranjituba e Sítio Bosque).

A disciplina articulou ensino, pesquisa e extensão, e fomos bem sucedidos no diálogo com a Pró-Reitoria da universidade (PROEX/UFPA) na solicitação para obter ajuda de custo para a alimentação do grupo durante os trabalhos de campo. O conjunto se organizou em grupos menores (dois, três ou quatro integrantes), visando publicar uma coletânea de trabalhos versando sobre aspectos específicos para a produção de conhecimentos voltados à educação quilombola nos territórios. A cartografia social pode realizar muitas coisas, mas o que de fato fizemos esteve muito de acordo com os anseios das comunidades.

Dando continuidade à cartografia social, estamos agora, no segundo semestre de 2023, desenvolvendo a disciplina “Cartografia social II: produção de material didático/pedagógico para a educação em territórios quilombolas - Moju-Miri, África/Laranjituba, Sítio Bosque, Jambuaçu (comunidade São Sebastião), Itacoã-Miri e Guajará-Miri”. A disciplina embasou proposta submetida ao edital do Fundo Semear/Pulitizar - 2023⁵ que foi selecionada para financiamento, de modo que o coletivo e o projeto irão contar com meios para desenvolver em quatro meses produtos para a educação quilombola nos territórios.

Para o material didático impresso que pretendemos produzir estamos sugerindo o nome “Caderno Cartográfico Quilombola”. Pensamos produzir esse Caderno com cerca de 70 páginas em material resistente, para muitos manuseios, numa tiragem de 100 exemplares, com mapas coloridos e fotografias. O Caderno, com folhas grandes, na dimensão A2, terá as cartografias que já realizamos nos territórios de Moju Miri, África-Laranjituba e Sítio Bosque, e as cartografias que iremos realizar nos territórios de Jambuaçu (comunidade São Sebastião), Itacoã Miri e Guajará. Pretendemos também produzir banners em tamanho A1, um para cada escola dos territórios.

Além do material impresso, pretendemos produzir um vídeo (10 a 15 minutos) para uso do/a docente que leciona na escola quilombola e para lideranças comunitárias, tocando em legislações (entre as quais a Lei 10.639/03 e a Resolução CNE/CEB Nº 8/2012, Convenção 169 OIT) e em métodos pedagógicos para o emprego da cartografia como instrumento didático. Estamos considerando a produção de material didático para uso de toda a comunidade, de modo a integrar na educação quilombola comunidade e escola. Pretendemos também produzir podcasts informando sobre valores para uma educação quilombola afrocentrada, com ênfase nas ancestralidades, na cultura quilombola e na interculturalidade.

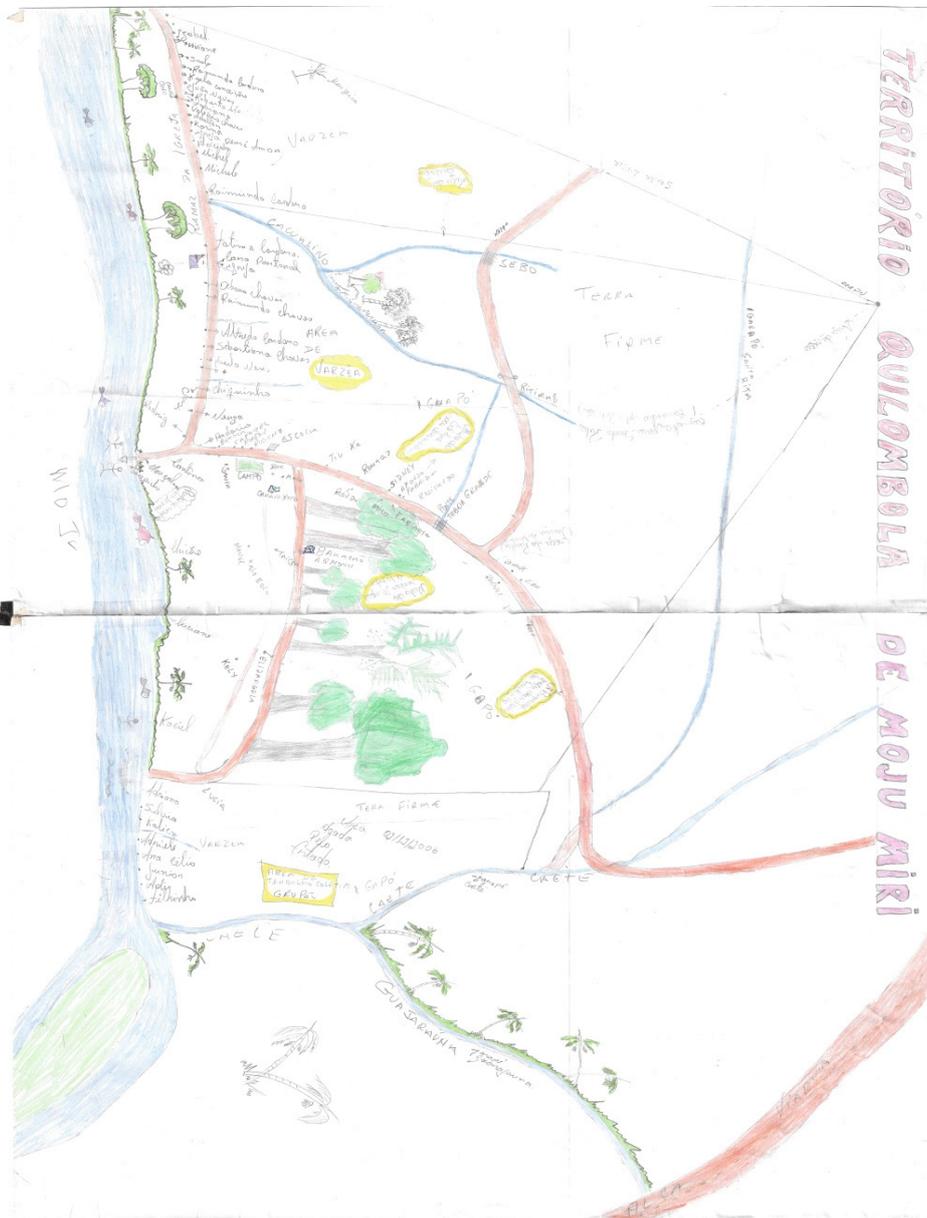
Adicionalmente, consideramos criar na Malungu um repositório de conhecimentos para a educação quilombola, de modo que o/a professor/a quilombola possa ter acesso a materiais, entrevistas, fotografias e aos mapas digitalizados. Esses mapas estariam disponíveis em versões

5 Fundo Semear/Pulitzer 2023. Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:4b255a05-057c-4db4-ba12-2177e17497cd>

editáveis, de modo que na dinâmica da sala de aula eles possam ser atualizados e acrescidos de informações dos estudantes da escola quilombola. Por exemplo, o/a professor/a poderia sugerir ao estudante: o que você acrescentaria no mapa? Como seu território pode se relacionar com o território vizinho por causas comuns? Como o empreendimento econômico situado nas imediações do território afeta a vida da comunidade? Considerando o rio Moju, por onde circulam balsas carregadas de madeira em tora, como os territórios quilombolas defendem a natureza no contexto das mudanças climáticas?

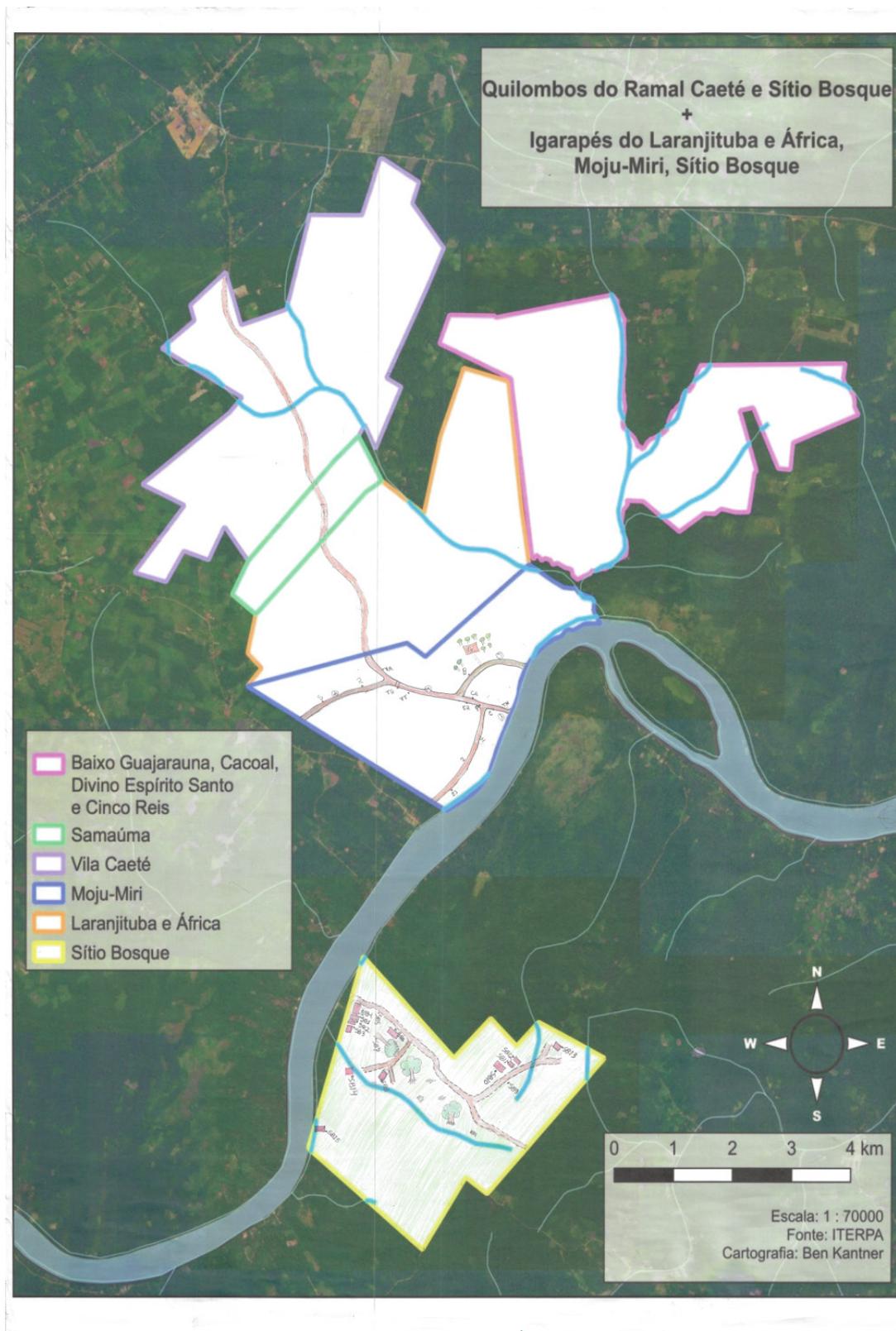
A possibilidade de editar os mapas cria uma alternativa pedagógica importante na medida que incentiva a participação, o interesse e o entusiasmo do estudante em produzir conhecimento contextualizado. Com essa cartografia dinâmica e multiescalar - os mapas abordam o local em detalhe, e também o regional e o global - permitindo à escola e à comunidade uma leitura territorial bem informada. A seguir duas imagens mostrando o tipo de cartografia que estamos produzindo para o Caderno Cartográfico Quilombola:

Imagem 1. mapa elaborado com a comunidade no território quilombola de Moju Miri



Fonte: Arquivo da disciplina – junho de 2023

Imagem 2. Mapa mostrando os igarapés nos territórios situados ao longo do Igarapé Caeté e no território de Sítio Bosque



Fonte: Arquivo da disciplina elaborado em junho/2023

Oficina de escrita acadêmica para indígenas e quilombolas

Com o objetivo de melhorar a capacidade de redação de quilombolas e indígenas estudantes

dos cursos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, cursando graduação ou pós-graduação, a Faculdade de Ciências Sociais e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, mediante o projeto de pesquisa e extensão AWÁ SURARA, estabeleceu parceria com o Projeto IQ: Conhecimento e Resistência (Programa de Acompanhamento de Aprendizagem de Indígenas e Quilombolas discentes na UFPA) para a realização de uma Oficina de Escrita Acadêmica, durante o período de setembro a novembro de 2022. A oficina recebeu mais de quarenta inscrições e propôs desenvolver sessenta horas de trabalhos durante oito semanas, com aulas nas tardes de terças e quintas feiras.

Para discutir e estabelecer a relação da linguagem oral com a linguagem escrita, como estratégia de produção de conhecimento no ambiente acadêmico, a oficina praticou uma metodologia que partiu da oralidade para alcançar a escrita. Ou seja, duplas de estudantes gravaram uma fala de cerca de dez minutos no telefone celular, fala esta que foi transcrita para a linguagem escrita. Essa fala, que pôde ser um trecho de dissertação, de trabalho de conclusão de curso ou uma história de vida, foi a “matéria prima” sobre a qual o conjunto da turma trabalhou, considerando pontuação, ortografia, outras regras de gramática e estilo, mas também o uso de termos regionais que dão identidade à linguagem quilombola e indígena. Para que os conhecimentos produzidos na universidade retornem e sejam compreendidos nos territórios é importante que sejam produzidos em linguagem acessível. E é importante também que os autores e autoras dos textos se vejam neles.

A metodologia busca, pois, aproximar fala e escrita⁶ em abordagens em que os/as autores/as falam de si e dos seus contextos, numa espécie de escrevivência (Evaristo, 2018), e isso resulta em textos politicamente engajados e reveladores das opressões, que têm uma boa referência em Lélia Gonzalez (2020). Uma vantagem da metodologia está em que os/as estudantes trabalham no sentido de aplicar normas da escrita acadêmica a um texto que lhes pertence, considerando possibilidades de construção de autonomia intelectual e autoria. Como afirma Marcos Bagno (2015), argumentando criticamente sobre regras gramaticais e “a desconstrução do preconceito linguístico” (idem, p. 151) e a necessidade de “elevar o grau da própria *autoestima linguística* (...) de habitantes da zona rural” (idem, p. 166), é importante “descobrir métodos inteligentes e prazerosos para que os próprios aprendizes deduzam essas regras em textos vivos, coerentes, bem construídos, interessantes, tanto de língua escrita como de língua falada” (idem, p. 168).

Assim, esse letramento (Ponso, 2018) leva à elaboração de um texto que se relaciona ao próprio contexto e conhecimento dos/as estudantes acrescenta interesse e motivação ao processo de aprendizagem, compreendido como uma construção coletiva e colaborativa entre saberes. Ainda com relação à metodologia, todos os/as estudantes acompanham de forma dialogada a apreciação do texto de cada integrante da turma, de modo que o conjunto da turma se baseia em um bom número de casos e exemplos, criando assim um ambiente de trocas e trabalho coletivo.

De modo que a experiência propôs construir com a turma um tipo de escrita referida na oralidade, por onde o conhecimento de quilombolas e indígenas pode fluir com mais abundância e facilidade. E com a preocupação dessa escrita ser bem compreendida nas comunidades. O conhecimento de estudantes indígenas e quilombolas, baseado em vivências nos territórios e nas muitas lutas de resistência, chega à universidade mediante instrumentos proporcionados por políticas afirmativas, como processos seletivos especiais. Na universidade, indígenas e quilombolas adquirem outros conhecimentos e outras perspectivas para a leitura do mundo, que traduzem interculturalmente⁷ em trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. E então devolvem

6 Fala e escrita são atividades discursivas e quando fazemos essa passagem de uma forma para outra estamos realizando uma retextualização. Como informa Luiz Antônio Marcuschi (2010), devemos evitar dicotomias entre a fala e a escrita. Ambas são maneiras de funcionamento da língua, embora cada uma tenha sua própria forma. A escrita não é uma representação da fala, ainda que a gente possa ver a presença da fala na escrita. Hesitações, pausas, repetições, expressões e palavras locais, tudo isso pode ser interessante reproduzir na medida que contextualiza e dá identidade ao texto. Importante ver a produção do texto como uma atividade situada e uma prática social. Na retextualização ou transcrição da produção oral para a escrita, desaparecem a entoação, o olhar e a gestualidade, mas podemos empregar estratégias para evidenciar cenários, participantes, natureza das relações etc. É importante que ver a nossa identidade e a identidade das outras pessoas que contribuíram para o argumento no texto que produzimos.

7 Seguindo uma observação de Catherine Walsh (2020), para quem muitas vezes é a ação prática que produz movimentos teóricos, em vez de a teoria mover a realidade prática, é interessante falar

esses conhecimentos baseados em vivências e teorias às comunidades. Interessante dizer que muitas vezes esses conhecimentos são baseados em narrativas autobiográficas, as quais revelam a realidade do mundo, os racismos e outras opressões que sofrem quilombolas e indígenas, inclusive na universidade.

De modo a Oficina de Escrita Acadêmica buscou incentivar junto aos discentes indígenas e quilombolas a produção e veiculação de conhecimentos a partir de suas próprias perspectivas, narrativas e vivências, elementos esses capazes de escapar da lógica colonial de uma escrita canônica voltada apenas à própria universidade que ainda impera nesses espaços educacionais.

Publicação de número temático sobre Bem Viver na Amazônia na Revista Humanitas

A Revista Humanitas⁸ é uma publicação digital do IFCH/UFPA e a organização do dossiê Bem Viver na Amazônia é também um produto do projeto de pesquisa e extensão AWÁ SURARA. O número⁹ reúne dez artigos de estudantes do PPGSA, resignificando o referido conceito para o contexto amazônico. Neste tópico vamos descrever de forma muito concisa alguns conteúdos desta publicação, dando ênfase para a relação entre bem viver, direito à cidade e quilombismo. Abordar a cidade de Belém, e particularmente as condições de vida de quilombolas e indígenas que migram dos seus territórios para viver nas suas periferias, é algo muito importante dentro dos objetivos do Awá Surara.

Com afirma Fleuri (2017), as cosmovisões de povos originários andinos nos informam sobre a vida e a convivência em plenitude, em práticas de reciprocidade e complementaridade com todos os seres, sejam eles humanos ou espirituais. O número temático da Revista Humanitas traz enfoques do bem viver segundo autores situados em diversos contextos e campos teóricos, em abordagens que valorizam a subjetividade, o feminismo e práticas pedagógicas. Alguns artigos reportam experiências vividas por quilombolas e indígenas durante a pandemia do novo coronavírus, e tratam de justiça ambiental e territorialidades. Outros relacionam o bem viver a tradições culturais dos povos da Amazônia. Por razões de concisão, não é possível comentar neste artigo, em detalhe, a riqueza das várias abordagens contidas no número temático sobre bem viver na Amazônia, de modo que vamos nos referir aqui, como anunciado, à relação entre os conceitos de bem viver, direito à cidade e quilombismo.

No âmbito do projeto de pesquisa e extensão a que estamos nos referindo, e buscando articular os referidos conceitos, queremos começar colocando algumas indagações capazes de gerar rumos para uma pesquisa-ação (Fals Borda, 2015), metodologia que caracteriza o Awá Surara.

O Bem Viver da tradição Quechua (Sumak Kawsay) e Aymara (Suma Qamaña) do altiplano andino (Acosta, 2015), praticado entre os Guarani (TekoPorã), em ampla porção da América do Sul, e por outros grupos indígenas no Brasil, essa noção ganha terreno e significados também entre povos não necessariamente originários? Nas beiras urbanas e trapiches de Belém, no quilombinho da universidade, nos muitos terreiros da cartografia urbana, festas, celebrações, rua dos Pretos no

sobre interculturalidade a partir da maneira como essa relação é construída em pesquisas destes/as estudantes. Assim, falando das pesquisas e vivências politicamente engajadas de estudantes indígenas e quilombolas, para a interculturalidade vigorar nas comunidades e na universidade, na forma de um diálogo entre culturas e um projeto político de descolonização e transformação, um passo necessário é o enfrentamento do racismo que busca apagar as identidades culturais, a visão de mundo e os modos de vida. Nesse sentido, um eixo do argumento da educação afrocentrada e quilombista proposta por Benedicto (2022) é a interculturalidade, de modo que a escola efetivamente reconheça a diversidade cultural e respeite as múltiplas identidades. Assim, as escrituras desses/as estudantes refletem seus saberes tradicionais articulados com o saber acadêmico que adquirem na universidade. É importante que esse diálogo intercultural preserve o modo de ser e as formas de expressão e linguagem destes/as estudantes. Para tanto, o diálogo intercultural é algo a ser conquistado com muita luta.

8 <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/12837-ifch-lanca-revista-cientifica-humanitas>

9 Revista Eletrônica: Humanitas / Caderno do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Dossiê Bem Viver na Amazônia Organizadores: Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto e Ozian de Sousa Saraiva) Universidade Federal do Pará/ – v. 2, n.2. - Belém: IFCH – UFPA, 2022 [online]. Disponível em <https://ifch.ufpa.br/images/PDF/2023/29.03%20%20HUMANITAS%20v.%202%2C%202022%202703.pdf>.

bairro da Terra Firme e em outros territórios negros na cidade, a noção faz sentido? Faz sentido em lugares de vida popular, feiras, mercados, portos e trapiches, onde vigoram reciprocidade, generosidade e solidariedade? Em manifestações em que cultura e ação política convergem e as sociabilidades afirmam identidades, o Ubuntu e o Bem Viver também convergem?

Essas são indagações para serem respondidas em um trabalho de campo voltado a identificar empiricamente associações entre as noções de direito à cidade e Bem Viver, que a literatura, aliás, reconhece: entre o direito à cidade e o bem viver, há convergências “no plano ético-político, no rompimento da dualidade e oposição entre homem e natureza e entre campo e cidade e, sobretudo, no olhar profundo sobre a nossa cultura e práticas emancipatórias”. (Viveiros; Lima, Dell’Orto 2021, s/p).

“Bem viver é essencialmente relacional” (Peixoto, 2022, p.150). As relações - generosidades, reciprocidades, solidariedades, espiritualidades, afetos, festa, encontros face a face, princípios estes fundamentais ao Bem Viver, mas também luta e conflito - definem a sua forma. Importante saber que o Bem Viver, assim como o Ubuntu, não é uma noção imóvel, fixada geográfica e temporalmente. É essencialmente uma noção prática. Desde que amparada em princípios fundamentais, que certamente têm variações culturais, a noção possui plasticidade e dinamismo, e seus sinais podem ser reconhecidos de forma encoberta, reprimida ou incipiente em contextos diversos.

A discussão encaminhada aqui se refere ao artigo do número temático da Revista Humanitas, intitulado Bem Viver, Direito à Cidade e Quilombismo: uma pesquisa para reconhecer lugares e territórios negros em Belém (PA) (Peixoto, 2022), que conjuga estas noções a partir de uma discussão sobre concepções de cidade, contextualizando-as e considerando possibilidades de transformação de um contexto urbano marcado por racismos e colonialidades. A conquista do Bem Viver na cidade para negros, indígenas e quilombolas se relaciona à luta por cidadania e afirmação de direitos, portanto, à ação política para encetar processos de transformação.

Mais que um contraponto ao neoliberalismo, essas realidades e potencialidades precisam ser postas em movimento nos lugares, porque o Bem Viver envolve um projeto de futuro ancorado em valores de um passado redivivo (ancestralidades, trocas múltiplas, diálogo, espiritualidades) e práxis, na forma de um constante devir. Não se cogita o Bem Viver como uma linha de chegada, posto que é sempre processo. Esse “*regreso del futuro, de um horizonte que vuelve a abrirse al camino de la historia de los pueblos*” (Segato, 2013, p. 30), tem relação com o conceito ressignificado de quilombo, e com os fundamentos éticos do quilombismo:

Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial. Repetimos que a sociedade quilombola representa uma etapa no progresso humano e sociopolítico em termos de igualitarismo econômico (Nascimento, 2002, s/p).

O quilombismo busca como fundamento ético “assegurar a condição humana das massas afro-brasileiras, há tantos séculos tratadas e definidas de forma humilhante e opressiva” (Nascimento, 2002, s/p). O quilombismo é uma referência teórica e prática para uma ação política movida por coletivos negros em Belém? Do ponto de vista destes coletivos, faz sentido tomar o quilombismo, assim como o Ubuntu, como chave de articulação entre o Bem Viver e o direito à cidade?

Orlando Fals Borda, escrevendo sobre “¿Cómo investigar la realidad para transformarla?”, coloca que “*El problema de la relación entre el pensar y el actuar se resuelve reconociendo una actividad real de las cosas a la cual sólo se adviene por la práctica que, en este sentido, es anterior a la reflexión; allí se demuestra la verdad objetiva, que es la materia en movimiento*” (Fals Borda, 2015, p. 256). Essa afirmação é bem próxima da expressa por Catherine Walsh que observa que muitas vezes a ação prática produz movimentos teóricos.

Dissertações de mestrado

Situados no entre-lugares transdisciplinares (Bhabha, 1998) que articulam comunidade e

academia, assim como teoria e política, e oralidade e escrita, quilombolas e indígenas encontram-se na elaboração das suas dissertações como sujeitos de enunciação decolonial, e isso tem repercussões epistêmicas. O projeto Awá Surara considera as noções de Bem Viver e Ubuntu e os desenvolve localmente buscando a construção de concepções situadas nos territórios. E considera também o conceito de interculturalidade crítica, a partir das vivências de estudantes pós-graduandos/as quilombolas e indígenas transitando entre seus territórios e a universidade. Para Catherine Walsh (2009) a interculturalidade crítica é uma estratégia de enfrentamento, e principalmente de questionamento das relações de poder impostas pelas colonialidades, ou seja, “é uma construção de e a partir das pessoas que sofreram uma histórica submissão e subalternização” (WALSH, 2009, p. 21-22), portanto, posiciona-se a partir do viés decolonial buscando epistemologias e vivências outras dentro das diversidades sociais.

No encontro das pessoas que integram o coletivo acadêmico Awá Surara a produção acadêmica se dá especialmente com referência nas experiências de quilombolas e indígenas. Essas experiências são ponto de partida para esses educandos ampliarem seus conhecimentos de si, dos seus e do mundo. Produz-se visando à elaboração de dissertações de mestrado, mas também ações transformadoras objetivadas pela pesquisa-ação que caracteriza a metodologia dos trabalhos do coletivo.

Nas reciprocidades praticadas entre discentes e docentes, no que diz respeito às produções e publicações, objetivo do coletivo, questões de autoria e coautoria são pontos importantes, posto que se relacionam à quebra de assimetrias que caracterizam a emergência de quilombolas e indígenas como sujeitos do conhecimento. A relação dialógica e democrática entre educadores e educandos, regida pela ética e o afeto, leva ao reconhecimento e à valorização dos saberes e feitos dos educandos. (Melo JR; Nogueira, 2011).

Essas atitudes transformadoras geram estranheza em um meio em que ainda vigoram relações muito assimétricas entre os corpos docente e discente, formas naturalizadas de racismo e currículos eurocêntricos. As pós-graduações, pressionadas por instâncias superiores de avaliação, por critérios de produtividade e prazos, reproduzem essa pressão sobre discentes que estão justamente assimilando novos modos de ser nesses ambientes em que, em vez de reciprocidades e solidariedades, vigoram competições e cobranças. Os conflitos que advêm dessa diferença cultural mal compreendida se relacionam ao fato de a instituição universitária e dentro dela as pós-graduações ainda não terem evoluído o suficiente nas suas políticas de ação afirmativa, no sentido de não apenas permitir o ingresso, mediante processos seletivos especiais, mas também de acolher esses corpos negros e indígenas que adentram seus espaços de maneira menos canônica e dogmática. Interessante é que a perspectiva de quilombolas e indígenas, ao questionarem o eurocentrismo e produzirem um conhecimento situado e engajado, traz um grande benefício que vai pouco a pouco sendo reconhecido na instituição universitária.

A transdisciplinaridade acima referida significa reconhecer uma lógica mais ampla que a das disciplinas a criar laços entre esferas que a Modernidade separou, ligando produção de conhecimento com ativismo social, por exemplo, e desafiando a rigidez das disciplinas e seus métodos (Maldonado-Torres, 2016, p. 20). Quilombolas e indígenas na academia atuam como intelectuais orgânicos em favor dos seus territórios e comunidades. A atitude decolonial é uma dimensão fundamental na produção do conhecimento, e a transdisciplinaridade significa essa convergência de disciplinas com orientação emancipatória ou descolonizadora (idem).

Quilombolas e indígenas são afetados pelas colonialidades do mundo, mas agem no sentido de descolonizar os contextos onde existem. E, na medida em que cumprem seus propósitos individuais e coletivos, realizam suas potencialidades. Uma das características epistemológicas dessa proposta de produção de conhecimento é a centralidade da vivência desses sujeitos, percebida e sentida subjetiva e corporalmente, mas interpretada no contexto de um coletivo que conjuga semelhantes disposições existenciais, políticas e teóricas, com base, portanto, na intersubjetividade.

Práxis epistemológicas inovadoras relativizam cânones acadêmicos que pregam o objetivismo, o distanciamento apolítico e a neutralidade, posto que as pesquisas desses/as discentes estão relacionadas à experiência pessoal e intersubjetiva, à presença da corporalidade conjugada a uma visão de mundo e à atuação política coletiva, tanto nos territórios como na academia. Relatos autobiográficos são uma tônica nos trabalhos de dissertação, muitos dos quais voltados à educação

quilombola e indígena nos territórios. Exemplo disso é a dissertação intitulada “Os tambores da África reverberam aqui: o Projeto Batuque como prática decolonial na comunidade quilombola de São Pedro dos Bois – AP” (Barbosa, 2022), a primeira a ser defendida por uma estudante quilombola ingressa no PPGSA mediante processo seletivo especial.

A referida dissertação tem como tema a Educação Escolar Quilombola (EEQ) e analisa o Projeto Batuque como uma prática decolonial na comunidade quilombola de São Pedro dos Bois - AP. O trabalho da autora segue a metodologia da Pesquisa-Ação-Participante de Orlando Fals Borda (2015), atualizando-a segundo uma perspectiva decolonial para identificar as transformações promovidas pela Educação Escolar Quilombola na comunidade, com ênfase nos efeitos produzidos pelo Projeto Batuque.

Fazendo referência a Grada Kilomba (2020), a autora informa que as noções de conhecimento, erudição e ciência são diretamente ligados ao poder e à autoridade racial; logo, as produções epistemológicas de pessoas pretas e quilombolas são taxadas como “muito específicas” ou ainda “não científicas” (Kilomba, 2020, p.51), ações essas que silenciam e afastam do mundo escolar/acadêmico corpos pretos e quilombolas.

A dissertação aqui referida informa ainda as desigualdades que afastam esses corpos quilombolas da academia e de outros processos educacionais escolares. Assim como essa dissertação, outras produções do Coletivo AWÁ SURARA evidenciam que esse grupo de indígenas e quilombolas são em sua maioria “pioneiros” em seus núcleos familiares e de comunidade e alcançarem tal nível de escolaridade: a graduação universitária, o mestrado e o doutorado. Esse fato escancara as desigualdades educacionais do país e nos revela que, embora parte da academia siga tratando essas comunidades e populações como meros objeto de pesquisa, as políticas afirmativas têm logrado transformar o modo de se produzir conhecimento.

Abrindo um novo capítulo da história da educação brasileira, indígenas e quilombolas enquanto pesquisadores têm produzido narrativas a partir de suas formas de ser e estar no mundo. Como aponta a autora da referida dissertação, essas epistemologias indígenas e quilombolas são “um avanço, não só meu, mas de todos e todas que vieram antes de mim e os/as que virão depois (...) é uma devolutiva aos meus ancestrais e um encorajamento para os/as quilombolas mais novos/as. (Barbosa, 2022, p. 17).

Considerações Finais

Quilombolas e indígenas na academia, afirmando-se como sujeitos produtores de conhecimentos, que trazem e devolvem para seus territórios, essa realidade enseja interfaces entre universidade e comunidades, criando ambiente para fluências mútuas, esse é o eixo central do projeto. Nesse ambiente de reciprocidades entre universidade e comunidades, que envolve trocas entre docentes e discentes, a pesquisa, a extensão e o ensino que o projeto abarca objetivam produzir conhecimentos com o protagonismo de pós-graduandos/as que adentraram a academia mediante políticas afirmativas.

O AWÁ SURARA projeta a produção de conhecimentos baseados em experiências de vida e construções autobiográficas, informadas essas elaborações pela perspectiva decolonial. As biografias trazem com elas o contexto de racismo estrutural e outras formas de opressão a que esses/as estudantes estão submetidos/as, e tais opressões vêm à tona nas suas histórias de vida, que abarcam realidades locais, afetadas por empreendimentos capitalistas.

Os conhecimentos produzidos ensinam processos de reexistência, um novo olhar sobre si, suas comunidades e a própria universidade. Esse estar entre um ambiente e outro leva quilombolas e indígenas a novos modos de “ser-no-mundo”. Este “estar entre” permite uma dialogicidade e abre possibilidades delas e deles superarem limites e subordinações nas relações com o mundo.

Paulo Freire (1969) afirma que a vocação do ser humano é a própria humanização, a busca do “ser mais”. Essa busca é o que os/as traz dos seus territórios à academia. Situados/as no entre-lugar transdisciplinar, que articula comunidade e academia, assim como teoria e política, quilombolas e indígenas situam-se na elaboração de seus trabalhos acadêmicos como sujeitos de enunciação decolonial, o que fazem a partir das suas próprias experiências, e isso tem interessantes

repercussões epistêmicas.

Projeta-se a elaboração de artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, mas também ações transformadoras inspiradas pelo método da pesquisa-ação que caracteriza os trabalhos do coletivo. Pratica-se uma transdisciplinaridade que significa reconhecer uma lógica mais ampla que a das disciplinas, de modo a criar laços entre esferas de saber que a Modernidade separou, ligando produção de conhecimento com ativismo social, e desafiando a rigidez das disciplinas e seus métodos. Quilombolas e indígenas na academia atuam como intelectuais orgânicos em favor dos seus territórios e comunidades. A atitude decolonial, traduzida em pesquisa-ação, é uma dimensão fundamental na produção do conhecimento, e a transdisciplinaridade significa essa convergência de disciplinas com orientação emancipatória ou descolonizadora.

Portanto, o traço decolonial do AWÁ SURARA é dado pelas vivências de quilombolas e indígenas na universidade, nas comunidades e no trânsito entre essas duas esferas, vivências e trânsitos que levam a práxis epistemológicas inovadoras, que contestam cânones acadêmicos que pregam o objetivismo, o individualismo, o distanciamento apolítico e a neutralidade. Ao contrário, os trabalhos desses/as discentes valorizam a experiência e a atuação política coletiva, tanto nos territórios como na academia, tanto na cidade como na política. Nessa ação prática está uma crítica ao universalismo abstrato que ainda caracteriza muito do fazer universitário.

Referências

ACOSTA, Alberto. **Bem Viver**. Uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução: Tadeu Breda, Orelha: Boaventura de Sousa Santos, Editora Elefante Editora; Editora Autonomia Literária. 2015. Disponível em <https://rosalux.org.br/wpcontent/uploads/2017/06/Bemviver.pdf>. Acesso em 15-06-2022.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BARBOSA, Adrian Kethen Picanço. **Os tambores da África reverberam aqui**: o Projeto Batuque como prática decolonial na comunidade quilombola de São Pedro dos Bois – AP. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Federal do Pará (UFPA), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre. Belém: UFPA, 2022.

BENEDICTO, Ricardo Matheus. **Desafios para uma educação quilombista no Brasil**. Curitiba: Appris, 2022.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CAVALCANTE, Kellison Lima. Fundamentos da filosofia Ubuntu: afroperspectivas e o humanismo africano. **Revista Semiárido De Visu**. Instituto Federal. Sertão Pernambuco. V. 8, n. 2, 2020. Disponível em <https://periodicos.ifsertao-pe.edu.br/ojs2/index.php/semiaridodevisu/article/view/1094/458>. Acesso em 21/05/2021.

DJU, Antonio Oliveira; MURARO, Darcísio Natal. **Ubuntu como modo de vida**: contribuição da filosofia africana para pensar a democracia. *Trans/Form/Ação* [online]. 2022, v. 45, n. spe, pp. 239-264. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-3173.2022.v45esp.13.p239>>. Epub 21 Fev 2022. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0101-3173.2022.v45esp.13.p239>. Acesso em 10/03/2022

FALS BORDA, Orlando. **El problema de cómo investigar la realidad para transformarla**. Federación para el Análisis de la realidad colombiana. Bogotá, Colombia, 1978.

FALS BORDA, Orlando. **Una sociología sentipensante para América Latina** / Orlando Fals Borda;

antología y presentación, Víctor Manuel Moncayo. — México, D. F: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015.

FREIRE, Paulo. O Papel da Educação na Humanização. **Revista Paz e Terra**, Ano IV, nº 9, outubro, 1969, p. 123-132

EVARISTO, Conceição Evaristo. **Becos de Memórias**. Rio de Janeiro: Palhas 2018.

FLEURI, Reinaldo Matias. Aprender com os povos indígenas. **Revista de Educação Pública**, [S.l.], v. 26, n. 62/1, p. 277-294, maio 2017. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/4995>. Acesso em: 21 jul. 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos/ organização Flávia Rios, Márcia Lima**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MALDONADO-TORRES, **Transdisciplinaridade e decolonialidade**. Soc. estado. vol.31 no.1 Brasília Jan./Apr. 2016. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100075. Acesso em 20 jul. 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano**. trad. Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: Atividades de retextualização**. 10ª ed. - São Paulo: Cortez, 2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5779001/mod_resource/content/1/Oralidade%20e%20Letramento%20-%20Da%20fala%20para%20a%20escrita%20MARCUSCHI%2C%20Luiz. Acesso em 10/03/2021.

MELO JR., Ebenezer da Silva; NOGUEIRA, Marlice de Oliveira. **A Humanização do Ser Humano em Paulo Freire: a busca do “ser mais”**. Revista Formação@Docente. Belo Horizonte, vol. 3, nº 1, dezembro 2011. Disponível em <https://www.metodista.br/revistas/revistaszabela/index.php/fdc/article/viewFile/254/26>

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo**. 2ª ed. Brasília/ Rio: Fundação Cultural Palmares/ OR Editora, 2002.

NAZARIO, G. A. Trajetória acadêmica, raça e identidade quilombola: um breve relato acadêmico. IN: DEALDINA, Selma dos Santos (Org). **Mulheres quilombolas: território de existências negras femininas**. São Paulo: Jandaíra, 2020, 168 p

PEIXOTO, Rodrigo; FIGUEIREDO, Kércia P. **Colonialidade do poder: Conceito e situações e decolonialidade no Contexto atual**. In: Decolonialidade e sociologia na América Latina / Edna Castro, Renan Freitas Pinto, organizadores. – Belém: NAEA: UFPA, 2018

PEIXOTO, Rodrigo; FIGUEIREDO, Kércia P. **Bem Viver, Direito à Cidade e Quilombismo: uma pesquisa para reconhecer lugares e territórios negros em Belém (PA)**. In Revista Humanitas, 2022, no prelo.

PONSO, Letícia Cao. **Letramento acadêmico indígena e quilombola: uma política linguística afirmada voltada à interculturalidade crítica**. DOSSIÊ • Trab. linguist. apl. 57 (3) • Sep-Dec 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/j/tla/a/JYdckPZxVnQmtqNsVWxPK3r/abstract/?lang=pt#>. Acesso em 27/07/2023.

QUIJANO, Anibal Obregón. **“Bem Viver”**: entre o “desenvolvimento” e a “des/colonialidade” do poder. Arquivos / v. 37 n. 01, 2013. Disponível em <https://revistas.ufg.br/revfd/article/>

[view/31763](#). Acesso em 20/06/2021.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos**. Modos e significados. Disponível em http://cga.libertar.org/wp-content/uploads/2017/07/BISPO-Antonio.-Colonizacao_Quilombos.pdf. Acesso em 20/07/2022.

SEGATO, Rita Laura. Ejes argumentales de la perspectiva de la colonialidad del poder. **Revista Casa de la Américas**, nº 272, julio-septiembre de 2013.

VIVEIROS, L.; LIMA, A. N. V.; DELL'ORTO, J. M. **Direito à cidade e bem viver**: diálogos e afetos latino-americanos. *VIRUS*, São Carlos, n. 22, Semestre 1, julho, 2021. [online]. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus22/?sec=4&item=3&lang=pt>>. Acesso em: 19 Fev. 2022.

WALSH, Catherine. **Diálogo com Catherine Walsh**. Entrevista concedida a integrantes do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo da Amazônia (Geperuaz/Ufpa), do Fórum Paraense de Educação do Campo (FPEC) e da Rede de Pesquisa sobre Pedagogias Decoloniais na Amazônia (RPPDA). 16 de julho de 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=K48YXfPuYu0>. Acesso em 06/03/2022.

Recebido em 01 de março de 2023.

Aceito em 23 de maio de 2023.